

Novas perspectivas de análise da dinâmica socioeconômica e territorial da Região Fluminense do Extrativismo Petrolífero¹

José Luis Vianna da Cruz²

Resumo

Este artigo, de cunho ensaístico, se propõe a fazer uma varredura panorâmica dos temas, objetos, questões, e suas respectivas abordagens, num conjunto circunscrito de pesquisas sobre a dinâmica regional do território da economia extrativista do petróleo fluminense. Inicialmente restritas ao estudo da dinâmica da mesorregião Norte Fluminense, e, nesta, aos polos de Campos, tradicional, e o de Macaé, sede das instalações físicas do Complexo de E&P – Exploração e Produção de Petróleo e Gás da Bacia de Campos, as pesquisas acompanharam a expansão territorial dos impactos diretos da economia petrolífera, em suas diversas fases: a anterior ao aumento das rendas seletivamente distribuídas; a posterior à quebra do monopólio e aos aumentos das rendas; e a que incorpora o Pré-Sal, o Porto do Açu e um conjunto de investimentos em infraestrutura portuária e de logística viária, que promovem a integração da economia regional nos marcos da inserção internacional da economia brasileira. Tais processos trazem desafios à atualização dos marcos analíticos da dinâmica desse território tornado mais complexo, ampliado e adensado, abarcando, atualmente, o Noroeste Fluminense e as Baixadas Litorâneas, ou região dos Lagos.

Palavras-chave: Dinâmica Regional. Mesorregião Norte Fluminense. Produção de Petróleo e Gás da Bacia de Campos. Porto do Açu. Pré-sal.

Abstract

The purpose of this essay-like article is to give a comprehensive overview of the themes, objects, issues and their respective analyses in a defined set of researches about the regional dynamics of the area of the extractivist economy of oil of the North Fluminense Region, Rio de Janeiro, Brazil. Originally restricted to the study of the North Fluminense mesoregion dynamics, and, in it, of the pole of Campos dos Goytacazes, traditional, and the pole of Macaé, headquarters of the physical facilities of the E&P Complex – Oil and Gas Exploration and Production of Campos Basin, the researches followed the

1 Este artigo apresenta as reflexões que o autor vem realizando ao longo de mais de vinte anos, em pesquisa e publicações, com a imprescindível contribuição de uma vasta produção de inúmeros autores. Há poucas referências indicadas no corpo do texto, devido à sua natureza, que é a de apresentar uma visão panorâmica dos principais elementos da dinâmica dessa economia, sem a pretensão de um inventário ou de uma resenha dos autores e das pesquisas. Assim sendo, e tendo em vista os limites de espaço desta publicação, apresenta, ao final, uma bibliografia consultada, restrita, em linhas gerais, ao ERJ e sua região do petróleo, utilizada: na pesquisa de pós-doutorado, finalizado em 2013, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, na UFRRJ; no Projeto de pesquisa em andamento, desde 2014, com apoio da FAPERJ, intitulado *O Norte, o Noroeste Fluminense, as Baixadas Litorâneas e o Complexo de Exploração e Produção de Petróleo e Gás: dinâmica socioeconômica, mercado de trabalho, desenvolvimento regional e gestão territorial*; nas publicações do autor dos últimos quatro anos; e, finalmente, retomadas neste artigo, por serem representativas das referências em que este se baseia.

2 Doutor em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ), Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, UCAM – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes – RJ, Brasil

territorial expansion of the direct impacts of the oil economy in its various stages: the stage prior to the increase in revenues selectively distributed; the one subsequent to the monopoly rupture and the increase in revenues; and the stage that incorporates the Pre-Salt, the Açú Port (São João da Barra – Rio de Janeiro) and a series of investments in port infrastructure and in road logistics, which promote the integration of the regional economy in the context of the international insertion of the Brazilian economy. Such processes bring challenges for the updating of the analytical period of the dynamics of this area that has become more complex, expanded and highly dense, incorporating, nowadays, the Northwest Fluminense and the Baixadas Litorâneas, or Região dos Lagos.

Keywords: Regional dynamics. Mesoregion Norte Fluminense. Production of Oil and Gas of the Campos Basin. Açú Port. Pre-Salt.

PROFUNDAS TRANSFORMAÇÕES, NOVOS ELEMENTOS, NOVAS LEITURAS

Defender a importância de adoção de novas perspectivas de análise nas pesquisas sobre a Região Fluminense do Extrativismo Petrolífero – recorte adotado pelo autor, que compreende as mesorregiões Norte Fluminense – NF, Noroeste Fluminense – NOF e Baixadas Litorâneas – BL, no Estado do Rio de Janeiro – implica em partir de uma revisão, ainda que breve e parcial, do que tem constituído, após os anos 1980, os principais enfoques das pesquisas sobre o Norte Fluminense – NF, com o objetivo de confrontá-los com os desafios que as transformações recentes, mais particularmente aquelas ocorridas com a implantação do Complexo de Exploração & Produção (E&P) da Bacia de Campos, colocam para a compreensão da complexidade do processo em curso na região (ver Figura 1).

Num intervalo de pouco mais de trinta anos o NF passou de região monocultora de cana e produtora de açúcar e álcool, periférica, decadente e estagnada, a região polarizada pelas atividades da economia regional do petróleo, extrativista, responsável por cerca de 80% da produção nacional, inundada há mais de 15 anos pelas rendas monetárias petrolíferas recebidas por uma pequena elite de municípios privilegiados, e atravessada por uma rede de infraestrutura que articula a sua internacionalização, em diferentes níveis.

Essas transformações recentes contêm os elementos de aprofundamento das vinculações entre a sua dinâmica socioeconômica e os movimentos recentes de integração da economia brasileira na DIT – Divisão Internacional do Trabalho.

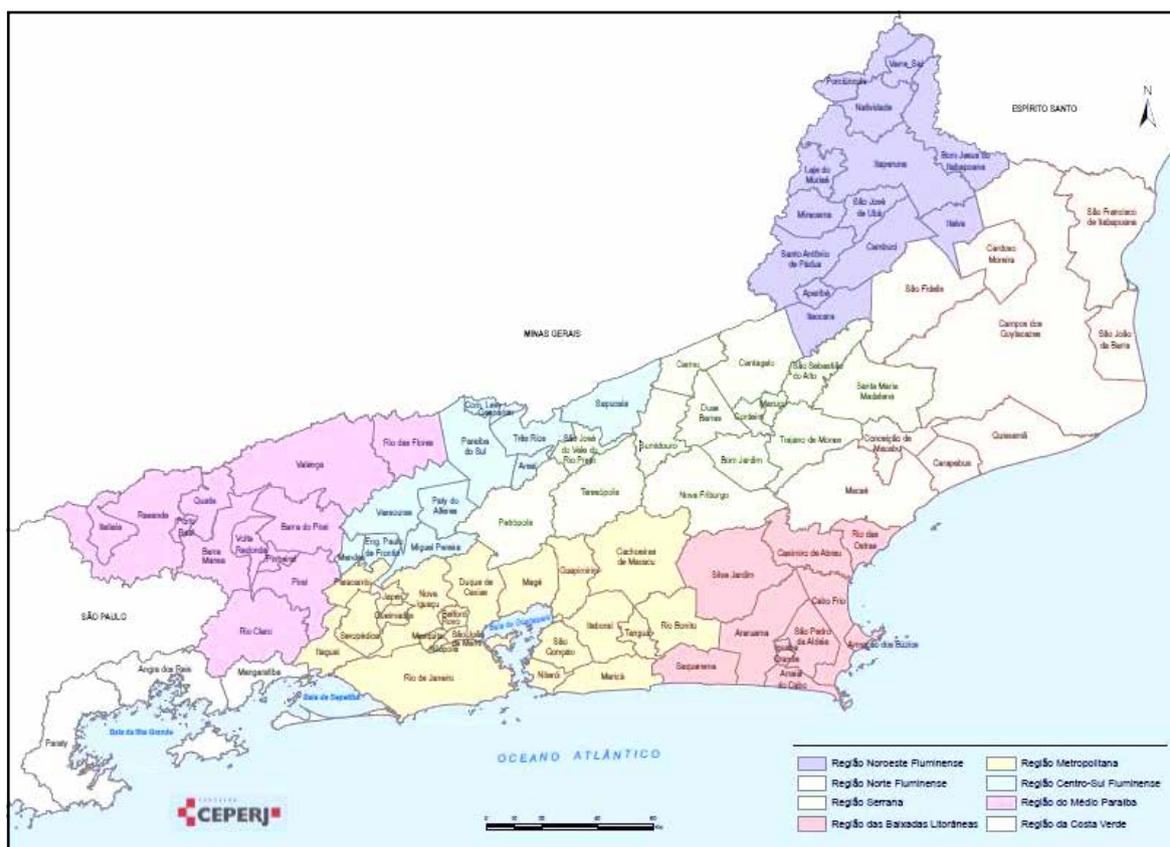
Este artigo, predominantemente ensaístico, pretende percorrer o que considera os principais elementos da dinâmica regional recente centrada no NF e espraiada pela BL e pelo NOF, relacionando-os com as prioridades das pesquisas presentes num amplo conjunto de estudos, artigos e publicações, de diversos grupos, destacando a produção de pesquisadores da região vinculados aos programas de pós-graduação da UCAM, da UFF, do IFF e da UENF³. Objetiva, com isso, identificar os movimentos de pesquisa em relação às transformações pelas quais a região vem passando, e apontar a importância da valorização de novos temas e objetos, ou, de novas abordagens de antigos temas e objetos, ao reconhecer os vínculos entre o processo regional e estadual e a inserção brasileira na economia mundial.

Portanto, longe de apresentar um balanço da produção sobre o NF o que se busca é uma revisão dos enfoques privilegiados nas análises da *questão regional do NF*, a partir de alguns estudos, pelas suas conexões com os processos econômicos recentes que vêm transformando a região, em termos espaciais-territoriais, urbanos, culturais e político-administrativos.

Com isso, pretende descortinar novos temas, objetos e perspectiva de análise, a partir da convicção de que se trata de um processo de redinamização da economia regional comprometido com a internacionalização da economia brasileira, nas bases e formas que esta vem assumindo desde o início do atual século, o que impõe novas prioridades de pesquisa, na perspectiva de totalidade da dinâmica socioespacial regional enquanto processo multiescalar, em termos territoriais, econômicos, sociais e políticos.

³ UCAM – Universidade Candido Mendes; UFF – Universidade Federal Fluminense; IFF – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; e UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense, as três com unidades principais em Campos dos Goytacazes, mas com outras espalhadas pelo NF e NOF.

Figura 1: Estado do Rio de Janeiro – Regiões de Governo e Municípios 2014



Fonte: CEPERJ (2014)⁴

Historicamente, o NF constituiu enquanto uma grande região que polarizava os territórios do sul do ES e da Zona da Mata de Minas fronteira ao ERJ (atual Noroeste), onde se deu uma importante produção de café até os anos 1930, tendo adquirido projeção nacional, do século XVIII até meados do século XX, na produção de cana e açúcar (SOFFIATI e CRUZ, 1997).

A atividade entrou em decadência desde então, e na segunda metade da década de 1970 teve início a produção *offshore* de petróleo na Bacia de Campos, até hoje o maior município da região. O Complexo de E&P vem provocando, nos seus quase 40 anos de atividade, profundos impactos, que por sua vez, implicam em profundas transformações nas diversas dimensões da realidade regional.

Dados a projeção do segmento de exploração e produção de petróleo na economia mundial; o lugar altamente estratégico desse insumo; os níveis de tecnologia, o porte das empresas e dos capitais que envolve; e, considerando-se a importância da produção regional de petróleo e gás do NF na economia brasileira; o montante bilionário das rendas petrolíferas concentradas em um pequeno grupo de municípios do NF e da BL; e, finalmente, levando-se em conta os impactos territoriais que fazem com que conflitos ambientais, urbanos, sociais e políticos convivam com um elevado número de postos de trabalho, com salários valorizados e crescimento demográfico impressionante, os estudos e pesquisa acerca da dinâmica regional do NF adquirem importância, não só para a compreensão de um processo regional à escala sub-nacional, mas, também e principalmente, para a compreensão da dinâmica territorial supra-local, nacional, e suas implicações nas dinâmicas regionais e locais (PIQUET, CRUZ; VILANI, 2013; CARVALHO & TOTTI, 2012).

No capítulo 2 é desenhada uma linha do tempo do período privilegiado neste artigo, referente ao desenvolvimento econômico do NF a partir dos anos 1980, marcado pelo fim do ciclo do açúcar e início do ciclo do petróleo, demarcando três períodos, que se inicia com a exploração *off shore*, seguido pelo ciclo das rendas petrolíferas e terminando com o início da exploração da camada do pré-sal e da

4 Disponível em http://www.fesp.rj.gov.br/noticias/Mar_14/27/novo_mapa.html. Acesso em: 12 ago 2016.

instalação do mega-porto do Açú, que se incorpora à economia regional do petróleo. Com base nesse recorte temporal, busca-se apontar os nexos entre a dinâmica territorial e urbana, pressionadas pela dinâmica da indústria extrativa do petróleo & gás regional, com o processo de inserção da economia brasileira no mercado internacional, que tem na produção de energia, de produtos primários, de insumos básicos e de bens industriais intermediários, a sua orientação básica. Nesse exercício, o artigo aponta quais seriam alguns dos processos, temas e objetos principais de estudos, pesquisas e análises, para a compreensão mais ampla da dinâmica regional do NF, agora ampliada pelo litoral, em direção à capital do estado. Finalmente, no capítulo 3, apresentam-se as considerações finais, buscando sintetizar as perspectivas de análise.

OS CICLOS ECONÔMICOS DO NF E AS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE

A linha do tempo dos principais marcos da dinâmica socioeconômica do NF, aqui considerada, é constituída por três momentos: i) o período que vai dos anos 1980, que marca o declínio definitivo da economia agroindustrial da cana-de-açúcar e os primeiros anos da produção de petróleo e gás, até a promulgação da Lei do Petróleo, em 1997; ii) o período posterior à Lei, marcado pelo fim do monopólio na E&P e pelo aumento vertiginoso do ingresso das rendas petrolíferas em orçamentos municipais, de forma seletiva e concentrada; iii) e o atual momento, a partir da segunda metade da primeira década deste século, marcado pela expansão na produção do Pós-Sal, pelo início da produção do Pré-Sal e pela instalação do Porto do Açú, no contexto dos investimentos em infraestrutura de logística portuária e de circulação de mercadorias, que configuram o avanço do processo de internacionalização da região, a partir de 2010.

Para além dos GIS – Grandes Investimentos, em capital fixo, o que interessa compreender, nessa sucessão de grandes momentos e ciclos econômicos hegemônicos, é o conjunto de conexões com as dinâmicas recentes da economia nacional e internacional, para pensar o processo de desenvolvimento regional do NF e do ERJ, em suas dimensões e potencialidades de espraiamento territorial e social dos benefícios e prejuízos.

Crise da monocultura canavieira e instauração da economia petrolífera

A Região Norte Fluminense vem passando por profundas e rápidas mudanças nas suas estruturas e dinâmicas produtiva, urbana e socioeconômica, desde a implantação da indústria extrativista do petróleo *off shore*, cuja viabilidade foi confirmada em 1974, tendo a produção comercial iniciada em 1978. A tradicional economia sucroalcooleira vinha declinando desde o final da década de 1960, superada por São Paulo no processo de modernização e expansão deste segmento. Com a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), no início dos anos 1990, o declínio acelerou-se, contando hoje o segmento, que já teve mais de 20 unidades industriais na década de 1960, com duas unidades, todas no município de Campos dos Goytacazes, e uma produção equivalente a 20% do seu período áureo.

As pesquisas sobre a região, nos anos 1980, privilegiavam, numa vertente, as análises sobre o declínio da agroindústria de açúcar e álcool, e, noutra, sobre a emergente indústria do petróleo, tendo em comum os impactos sobre o mercado de trabalho, em franca efervescência nesta última e em brutal enxugamento, na primeira.

Nas pesquisas sobre a economia canavieira predominavam os enfoques sobre os problemas ligados à produção no campo e na indústria; sobre o desemprego e o subemprego, a pobreza e a exclusão, decorrentes das condições de exploração da força de trabalho, característicos da economia monocultora declinante. A dimensão regional da pesquisa era dada, predominantemente, por temas relacionados ao município-polo tradicional – Campos dos Goytacazes – tratado como um município-região, incorporando não só o discurso regionalista imposto pelas elites sucroalcooleiras, mas, refletindo, também, sua efetiva importância como grande polo regional. Até a segunda metade dos anos 1980 Campos foi o polo incontestável da economia de uma mesorregião que compreendia o que são, hoje, as mesorregiões Noroeste Fluminense – NOF (emancipada do Norte em 1987) e Norte Fluminense – NF, totalizando, ambas, atualmente, 22 municípios (CRUZ, 2003).

A capacidade de polarização da economia agroindustrial canavieira e da economia petrolífera levou a que o tratamento dessas temáticas apresentasse perspectiva regional, mesmo quando o recorte territorial se restringia a Campos, no primeiro caso, e a Macaé, onde se instalou a Petrobras e a estrutura de apoio à E&P, no segundo.

As temáticas centrais, portanto, eram, simultaneamente, a condição periférica do NF, com o declínio da agroindústria sucroalcooleira e o fechamento do parque industrial metalúrgico e metalomecânico a ela vinculado; as péssimas condições de trabalho da multidão de trabalhadores assalariados clandestinos residentes em favelas urbanas; e os níveis de desigualdade e pobreza, de um lado; e, de outro, o crescente protagonismo no contexto da indústria nacional do petróleo, ensejando inúmeros objetos e questões de pesquisa.

Ainda em relação à economia tradicional, os estudos sobre o desenvolvimento regional refletiam o conflito entre posições de reforço à retomada e modernização da agroindústria de açúcar e álcool e aqueles que privilegiavam as perspectivas de diversificação produtiva, com o enfoque na questão social perpassando as justificativas de tais estudos. Detectava-se a existência de uma questão agrária, que dizia respeito à concentração da propriedade rural e à precarização das relações de trabalho assalariado temporário no campo (PIQUET, 1986), no contexto de um padrão produtivo monocultor, “atrasado” tecnologicamente, de uma região “fechada” e de corte profundamente conservador, reduzido, até hoje, da Igreja Católica tradicional, que deu origem à TFP – Tradição, Família e Propriedade, um dos maiores redutos do fundamentalismo conservador católico do país.

Identificava-se, ainda que timidamente, a existência de uma questão urbana, caracterizada pela constituição de uma grande periferia urbana em Campos dos Goytacazes, favelizada, pobre e socioeconomicamente excluída, com elevados índices de subemprego e desemprego, ocupada pelos antigos colonos e moradores das fazendas de cana transformados em trabalhadores temporários itinerantes, clandestinos, deserdados da outrora importante economia açucareira, o que era simbolicamente representativo da questão econômica regional (PIQUET, *op. cit.*, 1986).

Nos estudos e pesquisas sobre a região, nas décadas de 80/90, predominavam, então, estudos sobre o município de Campos. Sua relevância histórica e seu monopólio dos recursos, das atividades e das rendas carreadas para região, justificavam a centralidade da sua problemática no âmbito da “problemática regional do NF”. A “questão regional do NF” resumia-se ao “problema de Campos”. Já os primeiros estudos sobre o petróleo eram influenciados pela expectativa de que, apesar do segmento de E&P estar fisicamente baseado em Macaé, a indústria regional do petróleo instalasse um polo, petroquímico, ou gás-químico, em Campos.

A centralidade de Campos representava a centralidade de uma Grande Região histórica (SOFFIATI & CRUZ, *op. cit.*, 1997), herdeira da produção de café, cana e açúcar, e da pecuária leiteira. O deslocamento, ou o compartilhamento, dessa centralidade regional com Macaé, decorrido, por um lado, da decadência da economia monocultora sucroalcooleira e, por outro, da implantação das instalações físicas do Complexo neste último, é acompanhado da emancipação da porção noroeste do NF, em termos político-administrativos, formando a mesorregião Noroeste Fluminense, em 1987.

O início da produção de petróleo se deu logo após a fusão, em 1975, do antigo ERJ, cuja capital era Niterói, com o antigo Estado da Guanabara, constituído pelo Município do Rio de Janeiro, formando o novo Estado do Rio de Janeiro, cuja capital passou a ser o município do mesmo nome. A economia fluminense sofreu um processo de declínio até meados dos anos 90, voltando a recuperar-se, a partir de então, no compasso do aumento de sua dependência em relação à economia estadual do petróleo, composta pela E&P, pelas indústrias petroquímica, gás-química e naval, e apoiada no segmento siderúrgico, principalmente.

Assim sendo, numa outra vertente, os estudos destacavam a grande quantidade de postos de trabalho gerados e o conseqüente crescimento urbano de Macaé – cujos índices vêm se mantendo, desde então, entre os maiores do país – decorrentes da implantação das estruturas do Complexo de E&P. (FAURÉ & HASENCLEVER, 2005)

No período das obras civis de implantação do Complexo de E&P a configuração do novo mercado de trabalho e as demandas de qualificação monopolizaram os recursos institucionais regionais e ocuparam o centro das atenções, ao lado da expansão urbana de Macaé e da expectativa de montagem de um parque industrial na região. Na ocasião, projetavam-se expectativas de internalização de

parte da cadeia produtiva do petróleo e/ou do gás, na região, através de unidades de beneficiamento, como na petroquímica e na gás-química, ou da utilização do gás como combustível privilegiado nas atividades produtivas regionais.

A escala mesorregional do NF recortada nos estudos resumia-se à polarização das dinâmicas de Campos e Macaé, dadas as centralidades representativas das duas economias que respondiam pelas polarizações: a decadente, porém tradicional, com pesada infraestrutura remanescente, economia sucroalcooleira, e a ascendente economia petrolífera.

Com o tempo, as pesquisas constataram a concentração da indústria de E&P e, conseqüentemente, do emprego, em Macaé, que sofria, praticamente sozinho, os impactos diretos do adensamento urbano. Chamava-se a atenção para as poucas mudanças ocorridas na dinâmica socioeconômica e demográfica dos demais municípios da região, incluindo Campos, cujo crescimento populacional mantinha índices abaixo da média estadual e nacional, nos anos 1980 e 1990; bem como no NOF – emancipado do NF em 1987, já em plena economia do petróleo – cujos municípios tinham seu crescimento demográfico estagnado ou perdiam população (CRUZ, 2013a).

Com exceção de Campos dos Goytacazes, cuja tradição de polo se manteve nos segmentos de comércio e serviços, particularmente em saúde e educação, o que refletia, em algum nível, os impactos do mercado de trabalho de Macaé, ocupado em grande parte pela mão de obra técnica formada na Escola Técnica Federal de Campos – ETFC, os impactos da economia do petróleo não se difundiram pelos demais municípios das duas regiões – NF e NOF – nas suas duas primeiras décadas de existência.

As pesquisas acompanhavam o crescimento da produção e os impactos ambientais. Percebia-se as limitações da consolidação de um parque de empresas, em Macaé, restrito à prestação de serviços às atividades de exploração e produção da Petrobras, sendo a indústria limitada a componentes de estruturas metálicas e outros produtos semimanufaturados e intermediários, de empresas transnacionais, majoritariamente – por se tratar de um segmento altamente internacionalizado, em termos geopolíticos e tecnológicos – cujas sedes e centros de decisão e gestão encontravam-se fora da região, na capital do estado; e, em alguns casos, fora do país

Juntamente com a frustração com a não implantação de segmentos da cadeia de beneficiamento, construía-se uma percepção, nas pesquisas, de que a região estaria diante de uma economia de enclave, ou de uma nova monocultura, dadas as restrições territoriais da abrangência dos seus impactos diretos, bem como a restrição setorial da sua estrutura produtiva.

Quebra do monopólio estatal e rentismo público municipal: para além do “enclave”?

O segundo momento tem início no final dos anos 90, com a promulgação da Lei do Petróleo, de 1997, que quebrou o monopólio estatal e elevou as rendas petrolíferas, com a elevação das alíquotas dos *royalties* e a introdução das participações especiais.

A recuperação histórica de temas de pesquisa referentes a este período contou com o suporte do livro (PIQUET, CRUZ; VILANI, 2013) produzido pelo Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Candido Mendes – UCAM/Campos dos Goytacazes, contendo uma coletânea dos artigos, de diferentes autores, representativos das temáticas tratadas com respeito à economia regional do petróleo entre 2003 e 2013, particularmente com relação à distribuição e uso das rendas petrolíferas, publicados no *Boletim Petróleo, Royalties e Região*, de tiragem trimestral.

Os artigos refletem as prioridades tratadas, uma vez que abordavam questões centrais da problemática da indústria regional do petróleo e suas implicações sobre o desenvolvimento do NF, nos marcos de referência da problemática da economia do petróleo enquanto insumo estratégico da economia mundial, indústria de ponta e um dos motores da economia nacional.

Dentre os temas e objetos privilegiados, nesse período, estão:

1. O confronto entre a evolução da arrecadação e dos gastos dos municípios petrorrentistas – municípios que recebem as maiores fatias das rendas petrolíferas, sem sediar segmentos empresariais do Complexo de E&P, com exceção de Macaé, que é petrorrentista e sede da maioria das empresas do Complexo extrativista – *vis a vis* as demandas de curto prazo e as intergeracionais; a condição de recurso não-renovável do petróleo e o conseqüente declínio

das rendas; o inchamento e atrofia das estruturas administrativas municipais nesses municípios; e as experiências de outros países; estudos sobre dependência orçamentária em relação às rendas e formas de utilização das mesmas; estudos sobre federalismo e propostas de redistribuição das rendas;

2. O perfil e a dinâmica do emprego em Macaé e nesses municípios, onde se destaca o peso do emprego nas administrações municipais, nos petrorrentistas; a aferição dos níveis de polarização de Macaé em relação à economia regional (CADENA & COSTA, 2012);
3. A expansão da produção de petróleo e gás e do número de empresas instaladas; a definição do vetor territorial de expansão do Complexo, a partir de Macaé, ao longo do litoral da mesorregião das Baixadas Litorâneas, em direção à capital do estado e à sua região metropolitana, onde se situam, na primeira, a sede das grandes empresas, e, na última, os complexos petroquímicos, gás-químico do estado e da construção naval;
4. As mudanças nas estruturas e dinâmicas urbanas; a constituição de novas centralidades; as mudanças na estrutura, hierarquia e funções na rede regional de cidades; a aceleração do crescimento demográfico e da dinamização da economia dos municípios da mesorregião das Baixadas Litorâneas – BL, integrando esses municípios na economia regional do petróleo; a cristalização desta como grande geradora de emprego e de renda principalmente para a população das três regiões mais próximas – NF, NOF e BL; a clivagem das estruturas urbanas, o que reforça Campos como polo tradicional de comércio, serviços e, agora, de logística de armazenagem e distribuição de mercadorias, no atacado; Macaé, como polo da produção petrolífera e de suas empresas; e Itaperuna, como polo da região Noroeste, dinamizada pelas estruturas de serviços de saúde e educação para os municípios do extremo norte do estado e das divisas com a Zona da Mata de Minas e Sul do Espírito Santo, funções que ocupa na rede regional de cidades impactadas pela economia regional do petróleo; a aceleração dos índices de favelização e violência nas periferias, em alguns casos inexistentes até então (CRUZ, 2013b);
5. A dinamização dos segmentos do comércio (atacado e varejo), com centros de logística de armazenagem e distribuição de mercadorias, e serviços, da construção civil (condomínios residenciais, hotelaria e alimentação) e do ensino técnico-profissionalizante e superior, concentrados em Campos dos Goytacazes, com a instalação das grandes redes de atacado e varejo, nos diversos ramos, de Shopping Centers, redes internacionais de hotéis, e das grandes grifes da construção civil, como Gafisa, Cirella e outras. Tal expansão ocorre, igualmente, no vetor de expansão de sai de Macaé em direção ao Rio de Janeiro;
6. A criação dos Fundos de Desenvolvimento municipais com as rendas petrolíferas, em Campos, em Macaé e em alguns municípios petrorrentistas, voltados, nominalmente, para a diversificação produtiva, preventiva do futuro pós-petróleo, prioritariamente, mas, também, para a criação de parques de empresas fornecedoras de bens e serviços para o Complexo petrolífero; que, após cerca de dez anos, não lograram sucesso, seja na geração de diversificação produtiva, ou seja, na atração de empresas do segmento dominante, definida como objetivo prioritário, a não ser no corredor das BL, pelas vantagens locais, comparativas e competitivas (AZEVEDO NETO, 2015);
7. Os impactos ambientais, em diversas áreas, níveis e escalas, como nas atividades pesqueiras, na orla marítima e seus usos; na ecologia urbana, dado o crescimento de assentamentos irregulares, deslocamentos forçados de populações para a periferia sem infraestrutura; especulação imobiliária seletiva, elitista e excludente, e os danos às redes hídricas e aos ecossistemas existentes (AGB, 2011).

É neste período que as pesquisas passam a incorporar a dinâmica dos municípios da BL na análise da economia regional do petróleo, uma vez que a ocupação do território e os impactos diretos e indiretos mais fortes se situam na vertente que vai de Macaé, com grande peso no município vizinho de Rio das Ostras – onde começa a BL – e segue em direção à Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RMRJ, onde se encontram os segmentos da construção naval e petroquímico, bem como algumas sedes e escritórios das grandes empresas do Complexo, assim como a unidade do COMPERJ – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, em construção desde 2008. As pesquisas detectam, então, a expansão territorial da região fluminense do petróleo, aquela fisicamente mais afetada pelos impactos da atividade extrativista. Questões como o crescimento demográfico e os problemas urbanos decorrentes, como a especulação imobiliária, a crescente segregação urbana e a expansão e precarização das periferias ganham ainda maior relevância (CRUZ; TERRA & ALMEIDA, 2016).

As pesquisas revelam, ainda, que o crescente dinamismo decorrente das rendas petrolíferas recebidas por dez municípios, cinco do NF e cinco da BL, de um total de 19 municípios, sendo 9 no NF e 10 na BL; que a circulação da massa salarial – os salários médios pagos aos trabalhadores do Complexo são significativamente superiores aos das demais atividades econômicas existentes na região – e a expansão territorial das instalações das empresas vinculadas ao Complexo, ainda que de forma concentrada, dentre outros fatores, desfizeram a percepção inicial da reiteração de uma economia de enclave, embora não se tenha ainda sinais seguros de uma possível diversificação, integração ou complementaridade na economia regional. Esse é um tema de pesquisa relevante ainda a ser explorado, nos seus múltiplos objetos. A dinâmica da economia regional do petróleo tornou-se ainda mais complexa, econômica e territorialmente (HASENCLEVER *et al.*, 2013).

Essa é uma das questões em aberto sobre a economia regional do petróleo no ERJ. Até que ponto a economia extrativista do petróleo, no ERJ, é um enclave regional, do ponto de vista da capacidade do estabelecimento de conexões importantes com a economia local, do ponto de vista setorial e territorial, gerando e integrando atividades produtivas da cadeia e/ou diversificadas e difundidas por um número significativo de municípios? (SIQUEIRA, 2015).

Enquanto a economia petrolífera extrativista regional se circunscreveu à extração e ao complexo de empresas fornecedoras de bens e serviços à produção, concentrados em um município – Macaé; e, enquanto os demais municípios diretamente beneficiados o foram somente em rendas petrolíferas – cinco no NF e cinco na BL – os dados estatísticos apontam para a ausência de dinamismo econômico em termos de atividades produtivas, seja em termos da diversificação, seja em termos da ampliação da base territorial das empresas do complexo.

Mesmo a relativa expansão do emprego nas Administrações Públicas dos municípios petrorrentistas, do comércio e de alguns serviços, decorrentes da circulação da massa salarial dos trabalhadores *off shore* residentes nos municípios das três regiões e dos empregos públicos sustentados pelas rendas petrolíferas municipais, não causaram impactos importantes, nos casos do NF e do NOF, no crescimento demográfico e na expansão urbana dos municípios, tanto os petrorrentistas quanto os demais, cujos indicadores permaneceram abaixo das médias estaduais e nacionais.

O mesmo não se deu em relação aos municípios da BL. O recebimento de *royalties*, associado à expansão territorial das instalações e da infraestrutura urbana, dada a proximidade da RMRJ e do município do Rio de Janeiro – RJ-M – produziu fortes impactos na aceleração da taxa de crescimento demográfico e urbano de alguns municípios – notadamente Rio das Ostras e Cabo Frio.

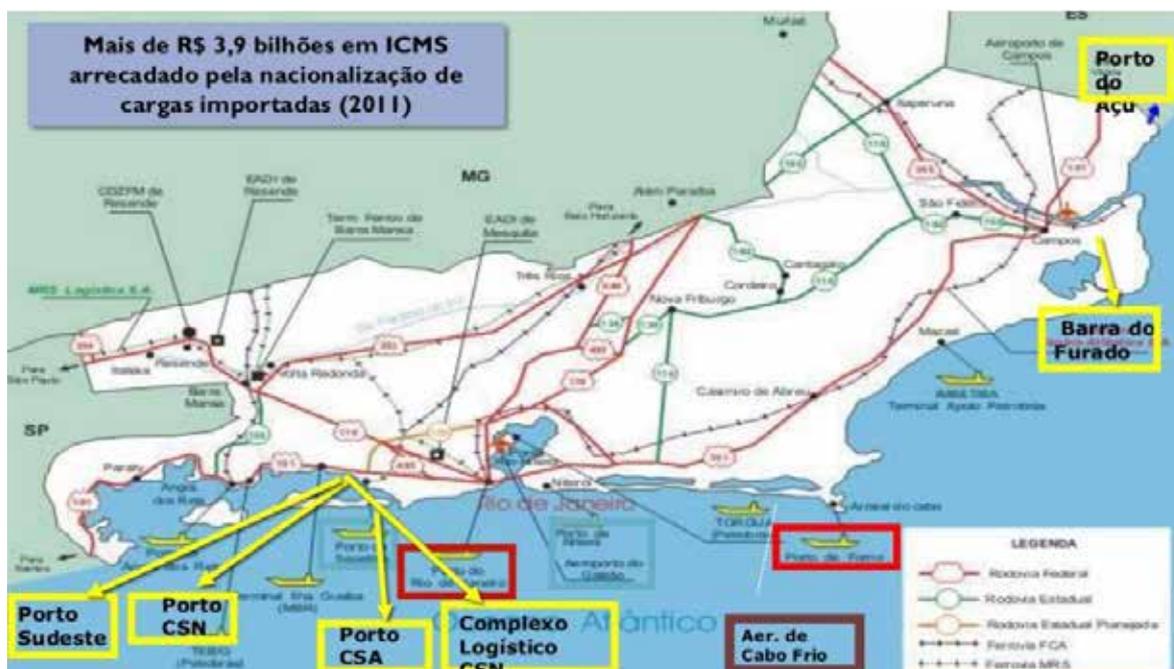
Numa visão geral, salta aos olhos a constatação, nas pesquisas, do saldo negativo do *ciclo das rendas petrolíferas* nos municípios petrorrentistas. Após dez anos de acesso às rendas, as administrações municipais não lograram resultados positivos em termos da melhoria da infraestrutura urbana, assentamentos humanos, mobilidade, saúde, educação, mitigação de impactos ambientais negativos, eficiência da gestão pública, melhoria das condições de vida nas periferias, mitigação dos crescentes índices de violências, diversificação econômica, dentre outros; em alguns casos esses indicadores pioraram, deixando no ar uma sensação para além do mal uso desses recursos, ou seja, da ocorrência de desvios de recursos públicos para fins particulares.

À expansão do segmento de petróleo e gás, no segundo período do ciclo, pela entrada de empresas privadas na exploração e produção, com a quebra do monopólio estatal, e pela elevação das rendas transferidas aos municípios privilegiados, veio somar-se, dez anos depois, em 2007, mar-

cando o início do terceiro período da linha do tempo que orienta este trabalho, a implantação do Complexo Logístico e Portuário do Açú, no município de S. João da Barra, na divisa com Campos dos Goytacazes.

Inicialmente planejado para ser um porto-indústria e reduzido em suas pretensões pela crise internacional de 2008 e pela crise nas empresas da holding EBX, sua proprietária inicial, o Complexo Portuário abriu uma nova frente territorial de expansão, em sentido oposto ao do vetor petrolífero que vai de Macaé ao município do Rio de Janeiro, integrando a porção norte da região – acima de Campos e Macaé, em direção ao Espírito Santo, também objeto de intervenções territoriais de projetos portuários vinculados a minério e petróleo – nos investimentos produtivos diretos (Ver Figura 2).

Figura 2: Plataforma Logística Fluminense



Fonte: Secretaria de Transportes do Estado do Rio de Janeiro (2016)⁵

No formato atual, o Complexo Portuário e Industrial do Açú⁶ é um GPI - Grande Projeto de Investimento⁷ no segmento de logística portuária, que tem como âncoras a exportação de minério de ferro e o apoio à produção *offshore* de petróleo e gás, e que deve se integrar à rede nacional de infraestrutura de circulação de mercadorias, de transporte e logística para o agronegócio e mineração (ferrovia Goiás–Açú, Rio–Vitória, etc), e ao ramal ferroviário leste–oeste em direção ao Pacífico, num projeto com a participação da China. O que coloca o NF definitivamente no circuito de internacionalização da economia brasileira. Além disso, dispõe de uma retro-área, onde já se instalaram quatro empresas de apoio ao Complexo de E&P, e de um DI – Distrito Industrial, e tem contratos firmados com empresas industriais transnacionais.

Esta conjuntura trouxe à região grandes construtoras e incorporadoras do mercado imobiliário, grandes redes de hotelaria e alimentação, e de atacado e varejo, representados por grandes

5 Disponível em <http://www.slideshare.net/alerj/secretaria-de-transportes-secretaria-de-transportes-rio-de-janeiro-020413-logistica-e-infraestrutura-para-a-competitividade-alerj-frum-de-desenvolvimento>. Acesso em 12 ago 2016. Foi lançado no segundo semestre de 2016 nova plataforma prevendo investimentos até 2024, porém não disponibilizada para o público em geral. Ela, porém, mantém o traçado básico desta figura. Esses investimentos estão sintonizados com Plano de logística do Governo Federal (BRASIL, 2013).

6 PRUMO LOGÍSTICA/PORTO DO AÇÚ. Disponível em <http://www.prumologistica.com.br/pt/superporto-do-acu/Paginas/default.aspx>. Acesso em 12 ago 2016.

7 Denominação que se refere a projetos de grande impacto territorial, social, econômico e ambiental, pelo porte do investimento, das dimensões e do segmento da economia a que está vinculado.

Shoppings, centros de logística de distribuição de mercadorias, condomínios residenciais fechados, dentre outros equipamentos. O município de Campos é o maior receptor desses equipamentos, não só pelo seu porte e por ter tradição no cumprimento dessa função na rede regional de cidades, como pela sua posição cada vez mais estratégica, entre Macaé e S. João da Barra, ou seja, entre a sede do Complexo de Exploração e Produção de Petróleo e Gás e a do Complexo Portuário do Açú; e na divisa com Quissamã, onde outro projeto de logística portuária de apoio ao Complexo de E&P começa a ser implantado, com instalações nos dois municípios.

Esse processo levou à definição de novos temas de pesquisa, ou ao seu redesenho e alteração na sua hierarquia de prioridades, tais como:

1. A nova configuração territorial em termos urbano-regionais, com novas centralidades, hierarquias e interações; a atualização dos processos de segregação e concentração urbanas; as demandas de infraestrutura e serviços públicos, coletivos e sociais, confrontados com recursos municipais aquém da demanda e incapazes de sustentar, no tempo, as demandas de custeios por eles gerados; a reestruturação radical do mercado de terras e imobiliário, avançando em terras rurais, com as suas consequências sociais e ambientais;
2. A nova estrutura e dinâmica da indústria regional do petróleo, expandida empresarialmente e territorialmente, mais complexa e sofisticada com o início da exploração na camada do Pré-Sal; o novo perfil das empresas, sua hierarquização territorial; as possibilidades de interação com os núcleos de pesquisa de média e alta tecnologia em universidades localizadas na região;
3. As novas redes regionais de transporte e comunicação e de equipamentos de logística, seus impactos e suas demandas;
4. Os impactos ambientais e socioeconômicos decorrentes da implantação do Projeto do Açú, e da sua aquisição de mais de um terço do território do município de S. João da Barra, promovendo a expulsão, em grande parte violenta, de centenas de famílias de pequenos produtores tradicionais; a salinização do solo e da água potável, em ampla escala, o avanço do mar em área costeira urbanizada, dentre outros;
5. A depressão/reestruturação da produção agropecuária e agroindustrial regional, da pesca artesanal e das atividades produtivas em geral, inibidas e retraídas em decorrência da polarização dos recursos locais pela dinâmica portuária e petrolífera;
6. A reconfiguração do mercado de trabalho, cada vez mais amplo e mais especializado, com maior capacidade de atração dos trabalhadores e jovens da região e de monopólio dos recursos envolvidos no ensino profissional de níveis fundamental e médio, mas também do ensino superior, bem como em outros serviços; os deslocamentos forçados de população e produtores e a “criação destrutiva” referida ao desmanche de estruturas produtivas tradicionais, sem oferta de alternativas; a terceirização e quarteirização precárias; e o sufocamento da produção dos assentamentos de reforma agrária, que reúnem cerca de três mil famílias nas três mesorregiões aqui consideradas (CRUZ, TERRA & ALMEIDA, 2016).

Antigos temas centrais da problemática regional, como o debate entre os problemas decorrentes da monocultura – antigamente da cana, e hoje, do petróleo – e a necessidade de diversificação produtiva, particularmente em virtude da perspectiva de curto prazo de declínio das rendas petrolíferas, consequência da Emenda Ibson, de 2010, paralisada no STF desde 2013 – que pulveriza a sua distribuição pelos municípios e estados brasileiros – voltam a ter relevância e urgência, atualizados no contexto da neodesenvolvimentismo integrado à internacionalização da economia brasileira, como protagonista na produção e exportação de *commodities* minerais e agroindustriais, e de produtos intermediários e semi-manufaturados. A emenda foi aprovada em votação final no Congresso, mas está sub-judice no STF, decorrente do recurso impetrado pelos estados do ES e do RJ, que se consideram penalizados.

Por outro lado, a percepção de certa estabilidade e mesmo avanço nos indicadores demográficos e econômicos na mesorregião Noroeste, a partir da década de 2000, sem suporte em nenhum tipo de investimento significativo ou de política pública – até pelo contrário – apesar da hipótese de ser devido à expansão da indústria regional do petróleo e da implantação do Porto do Açu, não pode ser dissociada da análise da conjuntura das ações do Governo Federal no campo da economia, das grandes obras de infraestrutura e das políticas sociais e de transferência de renda.

Não se pode dissociar esse processo dos impactos das políticas, pós-2002, de transferência de renda, de aumento do salário mínimo real, de assistência social, de habitação popular e de expansão do crédito, dentre outras de base territorial, como as de interiorização e regionalização dos equipamentos de ensino profissional de primeiro e segundo grau e de ensino superior, e outras, ainda, que carecem de caracterização que revele seu verdadeiro peso em fenômenos urbano-regionais recentes.

Sabe-se que está em curso, no Brasil, embora em ritmo intermitente, desde finais da década de 80, processos de desconcentração e descentralização relativos das regiões metropolitanas, ou uma diminuição da pressão expansionista das mesmas, em benefício do fortalecimento de centros urbanos de médio porte, o que tende a ser reforçado pelas intervenções pós 2002 aqui citadas, dentre outros fatores gerais e específicos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou recentemente um estudo sobre o grande número de novas aglomerações urbanas para-metropolitanas e/ou metropolitanas de outra ordem, espalhadas pelo país. Permanece a tendência concentradora e centralizadora, mas esta amplia e diversifica sua base territorial, e se expande numericamente (IBGE, 2015).

Outra vertente dos estudos regionais, bastante significativa, nesse período aqui tratado como *segundo momento*, da economia petrolífera regional fluminense, investiga a utilização das rendas petrolíferas por parte das prefeituras dos municípios petrolrentistas e seus impactos sobre as dinâmicas urbanas e socioeconômica (INFOROYALTIES; PIQUET, CRUZ & VILANI, 2013).

Comparando-se o volume dos recursos recebidos e a evolução de importantes indicadores de infraestrutura urbana, distribuição de renda, geração de emprego, atividades econômicas, habitação e serviços como de educação e saúde, os resultados variam de frustrantes a inaceitáveis, dado o volume de recursos desperdiçados. De um lado, baixos indicadores, expressos, em última instância, nos *rankings* como IDH-M, IDEB e IQM; de outro, nos índices de violência, nos impactos ambientais negativos, no aumento do caos urbano; e, por fim, na ausência de desenvolvimento de qualquer atividade produtiva, ao mesmo tempo em que se assiste ao declínio e/ou desaparecimento de diversas atividades tradicionais, na pesca, na agropecuária, na agroindústria e na indústria (INEP, 2013; FIRJAN, 2013; PNUD, 2012).

Este segundo período do recorte temporal aqui adotado termina com a constatação, nas pesquisas, do desperdício, mal uso, ou desvios, das rendas petrolíferas, reforçando a visão parasitária do rentismo político-administrativo municipal, perdulário e patrimonialista; da ausência de políticas públicas que atendam às demandas de curto, médio e longo prazos, das questões ambiental, urbana, social, e, primordialmente, econômicas, voltadas para uma perspectiva inter-geracional e para um futuro pós-petróleo, ou pós-rendas – este último se revela arrasador, num contexto de agravamento das questões aqui citadas. As iniciativas oficiais municipais anunciadas como *pró industrialização* e *pró diversificação* – os Fundos Municipais – revelaram-se, via de regra, retumbantes fracassos, além de vazadouros de milionários recursos financeiros (SERRA & FERNANDES, 2005; SERRA & VILANI, 2012).

Tais fenômenos induzem a reflexões sobre a “maldição dos recursos naturais” e a “doença holandesa”, vinculados à excessiva dependência da exploração de recursos naturais e de poucos produtos. Ademais, os estudos sobre o uso instrumental do território por capitais e empreendimentos de grande porte dissociados dos interesses territoriais à escala subnacional, e à própria escala nacional, ganham importância para a compreensão da realidade regional do território da economia do petróleo fluminense, particularmente na segunda metade da década de 2000 (SILVA, 2012).

Inserção regional no projeto de internacionalização da economia brasileira

Ao fim da década de 2000, um conjunto de grandes intervenções físicas aprofundou a reestruturação do espaço regional em função das novas dinâmicas econômicas. A construção do Complexo Portuário do Açu, iniciada em 2007, a expansão do Pós e do Pré – Sal, este último a partir de 2010, a

implantação de uma rede de terminais portuários, do Espírito Santo ao Sul do Rio de Janeiro, passando pelo NF e pela BL; o conjunto de intervenções de infraestrutura de circulação de mercadorias – rodovias novas e duplicação de antigas, ferrovias – integrando as infraestruturas portuárias desse território e integrando-o à rede nacional de ferrovias – previsto no Plano Nacional de Logística-Ferrovias – que tem seu ponto alto na integração do Centro Oeste agropecuário ao Açu (ferrovia Goiás-Açu), configuram um conjunto de vetores determinantes para a profunda reconfiguração do espaço e do território, dados o seu potencial de recorte e fragmentação e o seu poder de atração e monopólio dos recursos materiais e simbólicos (ARCADIS, 2015).

Estes consistem, de um lado, na rede de empresas de produtos e serviços de suporte e operação dessa infraestrutura; de outro, na projeção de implantação de conjunto de empresas de segmentos diversificados em relação ao primeiro momento da economia petrolífera regional, quais sejam, unidades metalúrgicas, metal-mecânicas, de bens intermediários e semi-manufaturados, além da indústria de construção naval, fundamental para a estrutura de exploração *off shore*, agora bastante ampliada; na ampliação da base territorial desses investimentos que, no momento, passam a ter em Campos e São João da Barra os novos polos; nos equipamentos urbanos de consumo coletivo, individual, e das famílias, acompanhando os já elevados níveis de crescimento populacional que atingem diversos municípios do NF e NOF, outrora fora desse crescimento; e, por fim, na convivência entre trabalhadores e famílias de origens nacionais e internacionais as mais distintas, configurando formas diversificadas de vida e valores, bem como de organização e de realização das atividades empresariais.

Embora gravitando centralmente em torno do Complexo de E&P esses equipamentos, dão suporte à expansão e intensificação dos fluxos de bens e pessoas, não mais restritos à atividade petrolífera, uma vez que se abrem para mercadorias do agronegócio e de bens manufaturados (Açu).

O Complexo do Açu configura uma nova vertente de expansão territorial da indústria extrativista do petróleo na região. Enquanto o vetor original ocupa o território *em direção ao sul* – capital e Região Metropolitana – a partir de Macaé, relegando o NF, esta última tem seu epicentro em S. João da Barra, acima de Campos, portanto ampliando o território de influência em direção ao norte e ao NOF, que possui íntimas e tradicionais interações com a economia da Zona da Mata mineira e com o sul do Espírito Santo, também contemplado com novos investimentos de logística portuária e de transporte e comercialização de *commodities* (AGB, 2011; BARCELOS, 2014).

Nada disso teria grande importância se não se tratasse do gigantismo que envolve as atividades de produção de petróleo e gás do Pós e do Pré – Sal. Esse processo repõe, em outras bases, a discussão acerca da condição ou não de “enclave” da economia regional extrativista do petróleo (PIQUET, 2005; 2007; 2010).

Estudos recentes indicam que os impactos decorrentes da circulação da massa salarial das dezenas de milhares de trabalhadores *off shore*⁸ nos seus municípios de origem e residência, nas três regiões aqui consideradas – NF, NOF e BL – guardam relação direta com a ruptura do ciclo de estagnação e mesmo do *déficit* de crescimento populacional que assolou a maioria dos municípios do NF e do NOF até o final dos anos 90, quando já se iam 20 anos das atividades da indústria petrolífera regional. Essa massa salarial, ao se voltar para o consumo local e para a implantação de unidades de serviços e produção – táxi, lojas, construção de habitações, pequenas indústrias nas áreas de vestuário e alimentos, etc – tornou-se significativa para a reversão do ciclo. É necessário, no entanto, testar essa hipótese, bem como dimensionar esses fenômenos, em busca, também, de outros fatores que os expliquem, como, provavelmente as já citadas políticas nacionais de transferência de renda, assistência social, valorização do salário mínimo e de interiorização de vários níveis da formação educacional, em interação com ações estaduais e locais.

Outra vertente das pesquisas tenta qualificar a fragmentação do território das três mesorregiões mais impactadas com esse processo. Esta se manifesta em várias frentes. É grande o número de municípios que foram criados a partir das perspectivas que se anunciavam com a exploração do petróleo da Bacia de Campos, no primeiro momento, e do horizonte de beneficiamento com as rendas petrolí-

8 O trabalho *off shore*, ou embarcado, se dá, normalmente em turnos de 14 (embarcados) × 21 dias (folga) na Petrobras, e de 14 × 14 nas subcontratadas.

feras. A própria separação do Noroeste Fluminense, em 1987, guarda relações com esse fato, embora ainda não amplamente exploradas. O fenômeno ocorre mais visivelmente no NF e na BL.

As novas polarizações produziram, inicialmente, uma segmentação territorial bem marcada pela desigualdade entre a disponibilidade de recursos para Macaé e aqueles para os demais municípios das duas regiões, embora tenha havido repercussões nas fronteiras com Macaé. Em seguida, entre os municípios petrolíferos e os demais, municípios *excluídos* das rendas, aprofundando o NOF como uma região periférica ao NF, e configurando uma maioria de municípios *abandonados* pela ação pública e pela iniciativa privada.

Presentemente, com o intenso movimento pendular identificado entre os municípios *periféricos* e alguns *polos* urbanos nas três mesorregiões, antigos e recentes; ante o aumento dos fluxos no território das três regiões; e frente aos grandes investimentos na fronteira norte desse grande território, há que se compreender os processos em curso, no que diz respeito à constituição de um novo espaço urbano-regional, com interações intensificadas e com potencialidades de promoção de articulações e de integração mais abrangente em seu interior, tanto urbanas e político-administrativas, quanto setoriais (TAVARES, 2015).

Nesse sentido, objetos como o movimento pendular inter e intra-regional, da população, para educação e trabalho; os conflitos e interações entre culturas diversas, decorrentes da presença e circulação de trabalhadores de diversas nacionalidades, confrontando cosmopolitismo e provincianismo, produzindo formas de vida e sociabilidades estranhas até então, impõem-se aos pesquisadores.

São temas e objetos que requerem identificação, delimitação, qualificação, investigação e análise. Por exemplo, a economia do petróleo colocou a região NF no tabuleiro da economia mundial; aqui se instalam dezenas de empresas mundiais desse complexo de alta densidade tecnológica e de capital, altamente mundializado. O Porto do Açu anuncia-se como um GI estratégico na inserção internacional do Brasil na economia mundial, enquanto grande produtor e exportador de *commodities* agropecuárias, agroindustriais e minerais, nos marcos do que se configura como um padrão de desenvolvimento apoiado na reprimarização, em uma forma de integração subordinada e dependente.

A região aprofunda e amplia sua internacionalização, pelas atividades econômicas que sedia, pelas empresas que aqui se instalam, pelas escalas e formas de apropriação e uso do seu território e dos seus recursos humanos, físicos e imateriais, e pela sua integração no padrão de inserção do país na divisão internacional do trabalho.

É, porém, na rede de infraestrutura de circulação de mercadorias que essas conexões geram uma articulação de impactos territoriais mais profundos. A integração na rede ferroviária e rodoviária, ao lado da portuária, introduz um pesado vetor de polarização, centralização e concentração territoriais – com pesados vetores de fragmentação – mas, também, de interações, bem como de transferência de excedentes entre diversas regiões do país e para o exterior, integrando a região na rede viária que se estende, no outro extremo, de Goiás em direção ao Pacífico. Tais conexões encontram sentido, ainda, nas disputas pela apropriação do espaço latinoamericano por parte da China, na sua estratégia geopolítica de conquista de posições no mercado mundial (ALVARENGA, 2013).

A dimensão articulada dessas questões é a novidade para as pesquisas que se propõem contribuir para o crescimento e o desenvolvimento do da região, do estado e do país. O porte dos investimentos em curso e suas conexões extra e supra regionais é que conferem aos objetos e temas recortados, muitas vezes, de forma fragmentada e localizada, a sua dimensão regional. E são esses elementos que também exigem, cada vez mais – à medida que a internacionalização da região adquire forma e conteúdo mais nítidos – um tratamento multiescalar, referido às dinâmicas estadual, nacional e latino-americana, de inserção na DIT. São essas dimensões, escalas e relações, que devem balizar os recortes das pesquisas sobre o desenvolvimento regional.

A, seguir, são elencados alguns temas que se considera relevantes para orientar as escolhas de objetos de pesquisa para o NF, na nova conjuntura:

1. As novas condições de expansão da E&P de Petróleo e Gás, dentre elas a quebra do monopólio, a exploração do Pré-Sal; o redimensionamento do papel da Petrobras, após a Lava-Jato; as estratégias geopolíticas e geoeconômicas mundiais; as pressões para mudanças radicais da matriz energética; o debate em torno das potencialidades e fragilidades do desenvolvimento

apoiado na condição de protagonista mundial na produção e exportação de *commodities* primárias e semi-industrializadas.

2. Os Grandes e Médios investimentos de capital fixo, em equipamentos de infraestrutura e de logística em implantação na região e seus impactos na reconfiguração da rede de cidades, do espaço urbano-regional, na produção e uso dos recursos materiais e suas potencialidades de interações multi e interescares; redes, segmentação e hierarquia de empresas e suas estruturas, impactos e interações; a configuração espacial ampliada de uma região da economia extrativista de petróleo e gás e suas condições de desenvolver uma economia para além do *enclave*.
3. O Açu e as relações porto-cidade e porto-região: estruturas supralocais e supra-regionais, relações políticas e econômicas, possibilidades de interação, reestruturação do espaço urbano e rural do município de S. João da Barra e do seu entorno.
4. Redes de infraestrutura de transporte de mercadorias: minério, produtos do agronegócio, petróleo e gás e integração com rede latino-americana em disputa geopolítica (IIRSA e a China).
5. Rede urbana: deslocamentos populacionais pendulares e migrações inter e intra regionais: infraestrutura e redes de serviços, hierarquia, especializações e complementaridades; gestão; vetores de expansão; concentração fundiária e segregação; grandes equipamentos de redes nacionais e transnacionais de atacado e varejo (shoppings); de hospedagem e alimentação; e de construção civil; desafios do desenvolvimento urbano -regional, inclusivo, distributivo e universal, à luz do Estatuto da Cidade e do PNDR (BRANDÃO, 2014; MI, 2013).
6. Reestruturação do mercado de trabalho: expansão territorial; diversificação; modernização; qualificação e ensino profissional de segundo e terceiro graus, terceirização, precarização e condições de trabalho; impactos na rede de ensino, no mercado imobiliário, nas relações e organização do trabalho e na pendularidade (TAVARES, 2015; RAMALHO, 2006);
7. Reestruturação e (des)estruturação do território: novas periferias, segregação espacial, deslocamentos forçados de população, destruição de estruturas produtivas; inibição e barreiras à diversificação (dentro da perspectiva da “maldição dos recursos naturais”, à escala local), no sentido da modernização das atividades pregressas, da industrialização e da interação com as dezenas de assentamentos de Reforma Agrária e núcleos de produção familiar; e danos ambientais. Atualidade da concepção de periferia, no contexto de integração por que passa o território da economia do petróleo fluminense. Mesmo a região NOF, historicamente excluída, segregada, periférica, atravessa uma forma de integração que merece ser lida na sua positividade, nas suas potencialidades, numa perspectiva dialética de integração/exclusão. Essa dialética tem muito a dizer a respeito dessas interações territoriais que vicejam no país (CRUZ, TERRA E ALMEIDA, 2016).
8. Planejamento e Desenvolvimento Regional: políticas públicas, às diversas escalas; novas institucionalidades na gestão integrada interurbana e inter-meso regionais; políticas de integração, complementaridade e diversificação produtivas, à luz das orientações da PNDR II; revisão da questão federativa (SANTOS, 2003), que no caso da economia extrativista do petróleo fluminense, tem como especificidade a aberração da disponibilização individual restrita e fragmentada, em administrações locais, recursos bilionários (trinta bilhões, nos últimos 17 anos) oriundos de uma atividade profundamente territorializada e regionalizada, na abrangência e encadeamento dos seus impactos negativos e positivos. A título de exemplo, a OMPETRO – Organização dos Municípios Produtores de Petróleo, que reúne essa oligarquia administrativa municipal rentista – opera como um *lobby* de Prefeitos na fiscalização dos valores repassados mensalmente e de luta pela manutenção do seu mo-

nopólio, sem tratar de qualquer questão regional ou de política pública, num cenário de indicadores urbanos, sociais e econômicos, e de futuro, altamente desfavoráveis (PIQUET, CRUZ & VILLANI, 2013).

A perspectiva de totalidade territorial regional e urbano-regional e suas implicações multiesca-lares ainda é pouco adotada, ou é trabalhada de forma incipiente nas pesquisas, particularmente no que diz respeito às relações dos fenômenos locais e regionais com os processos em curso na econo-mia nacional e global. A internacionalização da região, processo ainda recente, é uma das questões centrais para se compreender, conjuntural e prospectivamente, fenômenos aparentemente locais e restritos à mesorregião NF e suas vizinhas mais próximas, o NOF e a BL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como finalidade a apresentação de uma visão panorâmica dos temas candentes presentes na pesquisa *na e sobre a região extrativista petrolífera* do ERJ, com base nas transformações produ-zidas nas suas diversas fases, não foram aqui apresentados números ou ilustrações quantitativas dessas pesquisas, o que contribuiria para sustentar o recorte e as afirmativas sustentados; também, não foram inseridas exaustivamente no texto as fontes utilizadas, elas constam da lista “biblio-grafia consultada”, na medida em que influenciaram nas digressões aqui registradas. Buscou-se tão somente vincular temas e objetos aos processos concretos em curso no território das mesor-regiões NF, NOF e BL, que constituem hoje o território urbano-regional dessa economia, sob um determinado ponto de vista, apoiado em ampla bibliografia, resumida na bibliografia consultada apresentada a seguir.

Ao final da redação deste artigo, tomava forma a crise dos preços internacionais do petróleo, que provocaram queda abrupta e acentuada nos recursos orçamentários das prefeituras *petror-rentistas*, ou, dos municípios concentradores das rendas petrolíferas, ao passo que o Porto do Açú se consolidou com uma de suas âncoras no suporte às atividades *off shore*; em seguida, as crises política e econômica de 2015/2016, em curso, que provocaram recessão das atividades econômicas e impactaram profundamente a dinâmica do NF e do território fluminense da indústria extrativa de petróleo e gás, potencializando conflitos sociais e ambientais. Isto reforça a urgência em se compreender as dinâmicas aqui recortadas, e outras, não abordadas, para que se possa pensar em saídas para uma economia regional mais estável, ancorada em um projeto nacional menos vulnerável aos humores do mercado mundial, e mais comprometida com um desenvolvimento equitativo social e espacialmente.

Assim sendo, este ensaio não poderia deixar de conter elementos arbitrários e argumentos com certo grau de subjetividade e impressionismo, embora sustentados na bibliografia constante ao final do artigo. As limitações decorrem, ainda, do fato de que o artigo não se propõe a esgotar o espectro de temas, objetos, problemas, bem como de instituições, grupos de pesquisa e pesquisa-dores individuais, sobre a problemática aqui tratada, qual seja, da dinâmica territorial regional fluminense sob o ciclo do extrativismo petrolífero, na sua complexidade e amplitude, nem o autor tem condições de dar conta dessa tarefa. Os ângulos, as dimensões, os campos, os fenômenos, bem como a diversidade de abordagens teórico-metodológicas e analíticas e o volume da produ-ção acadêmica existentes exigem um esforço coletivo de médio prazo, além da decisão coletiva de realiza-lo.

Acredita-se que, sob quaisquer ângulos a serem considerados, pode-se concluir que o conheci-mento acerca da dinâmica regional atual da economia petrolífera extrativista fluminense está apenas nos seus primeiros momentos de amplitude e profundidade, apesar do volume e da qualidade do esforço já acumulado, e que tal conhecimento é inseparável do esforço coletivo e individual em curso no país, de compreensão da dinâmica regional recente do seu desenvolvimento e de todas as ques-tões e problemas de pesquisa que ele envolve, se se quer contribuir para pensar o desenvolvimento brasileiro em novas bases, distributivas, justas, equitativas e cidadãs, onde os Direitos, no sentido democrático e republicano, norteiem as ações coletivas, públicas e privadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVARENGA, Felipe Medeiros. *Os deserdados do desenvolvimento: o caso da implantação do Complexo Portuário e Industrial do aço e seus impactos socio-territoriais*. 2013. 129f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes – RJ, 2013. Disponível em <http://uenf.br/pos-graduacao/politicas-sociais/files/2015/06/felipe-medeiros-alvarenga.pdf>. Acesso em 12 set 2016.
- ARCADIS TERAPLAN. *Complexo Industrial e Portuário do Aço: avaliação ambiental e estratégica*. São Paulo: Grupo EBX, 2009. V. 3. Disponível em http://www.ambienteantiga.rj.gov.br/download_aee/AEE_Acu/Volume%20II.pdf. Acesso em 28 abr 2015.
- ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (AGB). *Relatório dos impactos socioambientais do Complexo Industrial-Portuário do AÇU*. Rio de Janeiro: AGB, 2011.
- AZEVEDO NETO, José Alves. *O desafio do fomento à industrialização em áreas de economia de extrativismo mineral: o caso do FUNDECAM*, Campos – RJ, 2015. 214 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes – RJ, 2015.
- BARCELOS, Eduardo (coord.). *O Projeto Minas-Rio e seus impactos socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos: relatório preliminar*. Niterói, RJ: Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos – Universidade Federal Fluminense, 2014.
- BRANDÃO, Carlos A. *Desafios da atual PNDR II*. Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro, n.1, v. 2, jul/dez, p. 35–41, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Disponível em <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=11840>. Acesso em 15 mar 2013.
- _____. Ministério da Integração. *PNDR II: política nacional de desenvolvimento regional*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2013.
- _____. Presidência da República. *Programa de Investimentos em Logística: portos; rodovias e ferrovias*. Brasília – DF: Secretaria de Portos, 2013.
- CADENA, Alberto S; COSTA, Ricardo C.R. *Macaé, capital do petróleo: desenvolvimento econômico, desigualdades sociais e expansão urbana*. Macaé – RJ: Prefeitura Municipal de Macaé/Coordenadoria Geral do Programa Macaé Cidadão, 2012. 142p.
- CARVALHO, A.M; TOTTI, M.E.F. *Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Garamond: FAPERJ, 2006.
- CRUZ, José L.V. (org.) et al. *Brasil, o desafio da diversidade: experiências de desenvolvimento regional no Brasil*. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.
- _____. *Os desafios da construção do desenvolvimento no Estado do Rio de Janeiro*. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense. Rio de Janeiro: CEPERJ, 2013a. P. 47–80. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/issue/view/683/showToc>. Acesso em 20 abr 2015.
- _____. *Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000*. 2003. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade Federal Fluminense (UFFR) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional (IPPUR), Rio de Janeiro, 2003. 340p. Disponível em <http://www.puro.uff.br/sites/default/files/user52/CRUZ,%20Jos%C3%A9%20Lu%C3%ADs%20Viana%20da.%20Projetos%20nacionais,elites%20locais%20e%20regionalismo%20desenvolvimento%20e%20didin%C3%A2mica%20territorial%20ono%20Norte%20Fluminense.%20OUT2003.pdf>. Acesso em 12 jan 2016.
- _____. *A retomada do crescimento da economia fluminense pós-anos 90 do século xx: natureza e sentidos: relatório de pós-doutorado*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGDT, 2013b. 69p. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.
- CRUZ, TERRA & ALMEIDA. *Des)integração periférica e espaços regionais globalizados*. Trabalho apresentado no XIV Seminário RII. México: Monterrey, 2016.
- FAURÉ, Y-A., & HASENCLEVER, L. (orgs). *O desenvolvimento local no Estado do Rio de Janeiro: estudos avançados nas realidades municipais*. Editora E-papers, 2005.
- FAURÉ, Yves A.; HASENCLEVER, Lia; SILVA NETO, Romeu (orgs). *Novos rumos para economia fluminense: oportunidades e desafios do crescimento do interior*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Retratos Regionais*. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2011.

- Disponível em <http://www.firjan.org.br/data/pages/402880811F3D2512011F7FE00FoB3401.htm>. Acesso em 28 mar 2013.
- FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISA E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO. Disponível em <http://www.ceperj.rj.gov.br/>. Acesso em 28 maio 2013.
- HASENCLEVER, Lia; TORRES, Ricardo. "O modelo Estrutura, Conduta e Desempenho e seus desdobramentos." In: KUPFER, D. & HASENCLEVER, L (orgs) Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil 2 (2013).
- INFOROYALTIES. Universidade Cândido Mendes. Disponível em <http://inforoyalties.ucam-campos.br/>. Acesso em 24 jun 2013.
- INICIATIVA PARA INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL DA SUL AMERICANA. Disponível em http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/spi/111130_Cosiplan_API_Agenda_de_projetos_prioritarios_de_integracao.pdf. Acesso em 23 maio 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em 24 mar 2013.
- PIQUET, Rosélia. *Da cana ao petróleo: uma região em mudança*. In: _____. *Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- _____. *Mar de riquezas, terra de contrastes: o petróleo no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2011.
- _____. *O norte fluminense em tempo presente*. Revista de Desenvolvimento econômico (RDE), Salvador – BA, Ano 9, n. 16, dez, 2007.
- _____. *Seminário Acumulação e Pobreza em Campos: uma região em debate* (diversos). Rio de Janeiro: PUBLIPUR/UFRJ, 1986. Série monográfica, n. 3.
- _____. CRUZ, José (org.); VILANI, Rodrigo (org.). *O desafio da abundância: 10 anos Boletim Petróleo Royalties e Região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013, 466p.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal*. Disponível em http://pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&li=li_AtlasMunicipios. Acesso em 23 mar 2012.
- PRUMO LOGÍSTICA. *Porto do Açu*. Disponível em <http://www.prumologistica.com.br/pt/superporto-do-acu/Paginas/default.aspx>. Acesso em 24 maio 2013.
- RAMALHO, José. R. (org.); SANTANA, M.A. (org.). *Trabalho e Desenvolvimento Regional: Efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad: UFRJ-PPGSA; Brasília, DF: CAPES, 2006.
- RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG). *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SEPLAG, 2010.
- SANTOS, Ângela M.S. Penalva. *Economia, Espaço e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SERRA, R; FERNANDES, A.C. *A distribuição dos royalties petrolíferos no Brasil e os riscos de sua financeirização*. Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE). Salvador – BA, ano 7, n. 11, jan, p. 30–38, 2005.
- _____; VILANI, R. M. Royalties como ferramenta na construção de uma política de Estado no Rio de Janeiro. In: MARAFON, Glauco José (org.); et al. *Rio de Janeiro: um território em mutação*. Rio de Janeiro: Gramma: FAPERJ, 2012. p.73–112.
- SILVA, Robson Dias da. *Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro (1980–2008)*. Rio de Janeiro, FAPERJ, 2012.
- SIQUEIRA, Fábio V. *Noroeste Fluminense: arranjos regionais e perspectivas de desenvolvimento*. Campos: UCAM. Dissertação de Mestrado, 2015.
- SOFFIATI, Aristides A.; CRUZ, José Luis V. *Bases históricas das regiões Norte e Noroeste Fluminense*. Campos dos Goytacazes: Mimeo, 1997.
- TAVARES, Érica. *Dinâmica regional, fronteiras urbanas e mobilidade espacial no Estado do Rio de Janeiro*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19, 2014, 24–28 nov, São Pedro – SP. Anais... São Pedro – SP: ABEP, 2015.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). Disponível em <http://www.bndes.gov.br/>. Acesso em 28 ago 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Índice de Desempenho do SUS nos Estados. Disponível em <http://saladeinformacao.saude.gov.br/cartogramas/sage/abremapa.php?id=1>. Acesso em 28 ago 2012.
- CRUZ, José L.V. *Estudo de impacto socioeconômico do CBF – Complexo Industrial e Logístico de Barra do Furado*, Quissamã – RJ: relatório final. Campos dos Goytacazes – RJ: Universidade Federal Fluminense, 2010. 240p.
- _____. *A retomada do crescimento brasileiro e a reestruturação espaço regional no Norte do Estado do Rio de Janeiro*. Revista *Vértices*. Campos dos Goytacazes – RJ, v. 14, n. 1, p. 31–61, 2012.
- ERVATTI, Leila Regina. *Dinâmica migratória no Estado do Rio de Janeiro na década de 90: uma análise mesorregional*. 2003. 155 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Estatísticas) Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rio de Janeiro, 2003. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=283563>. Acesso em 12 fev 2016.
- FIGUEIREDO, Marcelo. *A face oculta do ouro negro: trabalho, saúde e segurança na indústria petrolífera offshore da Bacia de Campos*. Niterói: EDUFF, 2007.
- GURVITZ, Henrique; AVILA, Serafita Azeredo. *Influência dos royalties do petróleo na sustentabilidade fiscal dos municípios fluminenses*. Boletim *Royalties, Petróleo e Região*, v. 1, n. 4, jun 2004. Disponível em <http://royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/>. Acesso em 20 abr 2015.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. DIVERSOS. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em 23 mar 2013.
- LESSA, Carlos. *O Rio de todos os brasis: uma reflexão em busca de autoestima*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- MARAFON, Glaucio (org.); et al. *Geografia do Estado do Rio de Janeiro: da compreensão do passado aos desafios do presente*. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.
- _____; FOEPPPEL, Marta. *Estudos de geografia fluminense*. Rio de Janeiro: Infobook, 2002.
- _____; SANTOS, Angela Moulin; et al. *Rio de Janeiro: um olhar socioespacial*. Rio de Janeiro: Gramma, 2010. 392p.
- _____; _____. *Revisitando o território fluminense*. Rio de Janeiro: Gramma, 2008. v.2
- _____; _____. SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel (org.). *Rio de Janeiro: um território em mutação*. Rio de Janeiro: Gramma; FAPERJ, 2012.
- NASSIF, M. I. *O avanço das commodities*. Revista *Desafios do Desenvolvimento*. Brasília, Ano 8, n. 66, jul 2011. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/desafios>. Acesso em 20 abr 2015.
- NEVES, Delma Pessanha. *Norte Fluminense: índices de pobreza e reivindicações políticas*. Revista *Rio de Janeiro*, n. 18–19, p. 9–38, janeiro-dezembro, 2006.
- NATAL, Jorge L.A. *O Estado do Rio de Janeiro pós-1995: dinâmica econômica, rede urbana e questão social*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Publicati, 2005. p. 284.
- _____. *A. Inflexão econômica positiva e dinâmica regional*. In _____. *O Estado do Rio de Janeiro pós 95*. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2007. p. 45–61.
- _____. *O Rio discriminado? pelo Governo Federal*. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2007.
- OLIVEIRA, Floriano J.G. *Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense*. 2003. 231f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10032005.../Floriano_Oliveira_tese.pdf. Acesso em 12 mar 2016.
- _____. *Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 304 p.
- OSÓRIO, Mauro. *Rio nacional/Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense*. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.
- PESSANHA, R (org.); SILVA NETO, R. (org.). *Desenvolvimento econômico do Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo*. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004.
- PINHEIRO, Armando Castelar (org.); VELOSO, Fernando (org.). *Rio de Janeiro: um Estado em transição*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- PINTO, Roberta Mariana Ferreira Mori; et al. *A região da baixada litorânea do rio de janeiro: interações entre o turismo e urbanização*. Revista *Espaço e Geografia*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2011.

- PIQUET, Rosélia. *Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- _____. OLIVEIRA, E.L. *Empresas e empresários do norte fluminense: Uma análise qualitativa*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 111–123, 2005.
- _____. SERRA, Rodrigo (org.). *Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- QUINTO JUNIOR, L.P. et al. *Avaliação da sustentabilidade ambiental das comunidades ante as transformações socioambientais oriundas da implantação do Complexo Portuário Industrial do Açú*. Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego, Campos dos Goytacazes – RJ, v. 3, n. 2, p. 11–22, jul/dez 2009.
- _____. *Contribuições para o planejamento urbano-ambiental na região Norte Fluminense*. Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego, Campos dos Goytacazes, v. 4 n. 1, p. 113–126, jan/jun 2010.
- _____. RANGEL, L.C. *O Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú e os impactos ambientais na estruturação urbana e regional no Norte-Fluminense*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 6, 2012, 18–21 out, Belém – PA. Anais... São Paulo: ANPPAS, 2013. Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT14-510-335-20120702182319.pdf>. Acesso em 22 abr 2013.
- RIBEIRO, Alcimar das Chagas. *A Economia do Norte Fluminense: análise e perspectiva*. 3.ed. Campos dos Goytacazes – RJ: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2014.
- _____; et al. *Formação da Rede de Economia Solidária do Norte Fluminense*. Campos dos Goytacazes: UENF, 2011. 5p.
- RIBEIRO, Miguel Angelo; O'Neill, Maria Monica Caetano. *Contrastes entre a metrópole e o interior Fluminense a partir da dinâmica populacional*. Revista Geo UERJ, Rio de Janeiro, Ano 14, n. 23, v. 1, p. 262–301, 2012. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>. Acesso em 20 set 2013.
- SILVA, Roberto R. *O sistema de inovação do Estado do Rio de Janeiro: impactos da indústria petrolífera*. 2008. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2008.
- TERRA, D. *Economia petrolífera na bacia de campos e reestruturação do espaço regional: uma análise sob a ótica da divisão territorial do trabalho*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE IBERO-AMERICANA, 8, 2004, 25–28 maio, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: RII, 2005.
- TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Estudos socioeconômicos*. Disponível em <http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/estudos-socioeconomicos1>. Acesso em 23 maio 2013.
- WASELFSZ, Júlio J. *Mapa da Violência 2011: Os jovens do Brasil*. Brasília – DF: Instituto Sangari, 2011. Disponível em <http://mapadaviolencia.org.br/>. Acesso em 28 ago 2012.